

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

ANÁLISE COMPARADA DA EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE
VANTAGENS COMPARATIVAS DE MOÇAMBIQUE:
COMMONWEALTH VS. CPLP

MARIA EDUARDA DA CONCEIÇÃO PEREIRA

ORIENTAÇÃO: VÍTOR MAGRIÇO

OUTUBRO - 2024

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

ANÁLISE COMPARADA DA EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE
VANTAGENS COMPARATIVAS DE MOÇAMBIQUE:
COMMONWEALTH VS. CPLP

MARIA EDUARDA DA CONCEIÇÃO PEREIRA

ORIENTAÇÃO: VÍTOR MAGRIÇO

OUTUBRO - 2024

À minha família, em especial à minha avó pelo exemplo de perseverança.

À memória dos que nos deixaram cedo demais.

Aos meus amigos, pelo apoio e sugestões valiosas.

Ao meu Orientador, pela confiança e acompanhamento.

Ao ISEG, pelos recursos e informação disponibilizada.

Resumo

Este estudo pretende analisar a evolução do padrão de vantagens comparativas de Moçambique relativamente à Commonwealth e CPLP entre 2003 e 2023, utilizando o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH), e o coeficiente de correlação entre a estrutura das exportações de Moçambique e a estrutura das exportações globais dessas regiões. Concluiu-se que, durante o período analisado: 1) em termos de produtos, Moçambique tendeu a concentrar as suas exportações para a Commonwealth enquanto a Commonwealth tendeu a diversificar as suas exportações para a Mundo, não tendo havido aproximação do padrão de exportações de Moçambique para a Commonwealth ao padrão de exportações da Commonwealth para o Mundo, 2) também em termos de produtos, Moçambique tendeu a diversificar as suas exportações para a CPLP enquanto a CPLP tendeu a concentrar as suas exportações para o Mundo, mas os resultados apontam para uma certa aproximação do padrão de exportações de Moçambique para a CPLP ao padrão de exportações da CPLP para o Mundo e 3) as estruturas de VCR de Moçambique relativamente à Commonwealth e em relação à CPLP tenderam a divergir o que permite sustentar a hipótese de que a pertença simultânea a estas duas organizações foi benéfica para a diversificação do tecido exportador moçambicano.

Palavras-Chave: Vantagem Comparativa; Moçambique; Commonwealth; CPLP; Exportações.

Abstract

This study aims to analyze the evolution of Mozambique's pattern of comparative advantages in relation to the Commonwealth and CPLP between 2003 and 2023, using the Revealed Comparative Advantage Index (RCA), the Herfindahl-Hirschman Index (HHI), and the correlation coefficient between the structure of Mozambique's exports and the structure of global exports from these regions. It was concluded that during the period analyzed: 1) in terms of products, Mozambique tended to concentrate its exports to the Commonwealth while the Commonwealth tended to diversify its exports to the World, and there was no approximation of Mozambique's export pattern to the Commonwealth to the Commonwealth's export pattern to the World, 2) also in terms of products, Mozambique tended to diversify its exports to the CPLP while the CPLP tended to concentrate its exports to the World, but the results point to a certain approximation of Mozambique's export pattern to the CPLP to the CPLP's export pattern to the world and 3) Mozambique's RCA structures in relation to the Commonwealth and in relation to the CPLP have tended to diverge, which supports the hypothesis that simultaneous membership of these two organizations has been beneficial to the diversification of Mozambique's export fabric.

Keywords: Comparative Advantage; Mozambique; Commonwealth; CPLP; Exports.

Abreviaturas

- IDE**..... Investimento Direto Estrangeiro
- GNL**..... Gás Natural Liquefeito
- CPLP**.... Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- IVCR**... Índice de Vantagem Comparativa Revelada
- IHH**..... Índice Herfindahl-Hirschman
- H-O**..... Heckscher-Ohlin
- VC**..... Vantagem Comparativa
- VCR**..... Vantagem Comparativa Revelada
- IEL**..... Índice de Exportação Líquida
- ICSC**..... Índice de Contribuição ao Saldo Comercial
- IIC**..... Índice de Intensidade Comercial
- IVCRS** ... Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica
- IILP** Instituto Internacional da Língua Portuguesa
- ONU**..... Organização das Nações Unidas
- FAO**..... Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
- OMS**..... Organização Mundial da Saúde
- CCP**..... Comité de Concertação Permanente
- PAE**..... Programa de Ajustamento Estrutural
- FMI**..... Fundo Monetário Internacional

Índice

Introdução	1
Capítulo I – Vantagem Comparativa: conceito, teoria e medição	3
1.1- Conceito de Vantagem Comparativa	3
1.2-Teorias da Vantagem Comparativa	3
1.2.1– Teoria Clássica	3
1.2.2– Teoria Neoclássica	4
1.2.3– Teoria Moderna	5
1.3– Medição da Vantagem Comparativa	6
Capítulo II – Commonwealth vs. CPLP: história, objetivos e governação	8
2.1. - Commonwealth	8
2.1.1 - A Commonwealth	8
2.1.2 - História	9
2.1.3- Objetivos	9
2.1.4 – Governação	10
2.1.5 – Adesão de Moçambique à Commonwealth: Fatores Explicativos	11
2.2 - A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	12
2.2.1 - A CPLP	12
2.2.2 - História	13
2.2.3 - Objetivos	14
2.2.4 – Governação	15
Capítulo III - Economia moçambicana no pós-independência	16
3.1-Independência e Nacionalização (1975)	17
3.2-Guerra Civil (1977-1992)	18
3.3-Crescimento Económico e Descoberta de Recursos Naturais (1992-2012)	19
3.4-Crise da Dívida Oculta (2016)	20
3.5-Desenvolvimento dos Projetos de Gás Natural (2017-2024)	21
3.6-Pandemia de Covid –19 (2020-2022)	23
3.7-Perspetivas Económicas	25
Capítulo IV – Resultados do trabalho empírico	25
4.1 – Nota Metodológica	25
4.1.1 – Indicadores	26
4.2 – Resultados Empíricos	29

Conclusão.....	35
Referências Bibliográficas.....	36
Anexos	37

Introdução

A economia moçambicana tem ganho destaque mundial devido a vários fatores. A abundância de recursos naturais de elevado valor como o gás natural, o carvão e os minérios e metais, a localização estratégica com portos ao longo da costa que permitem a existência de corredores de transporte que ligam o interior da África Austral ao mercado regional e global e o potencial agrícola. A abundância de recursos naturais, especialmente de gás natural, tem gerado aumentos significativos do investimento direto estrangeiro (IDE) para exploração dos mesmos, potencializando as exportações de gás natural liquefeito (GNL) e carvão, tornando Moçambique um ator importante no plano do comércio internacional.

Neste sentido, Moçambique é um importante parceiro estratégico nas organizações de que faz parte, como a Commonwealth e a CPLP, e beneficia, igualmente, por ser membro destas. A ligação à CPLP foi natural devido à partilha da língua portuguesa e ligação histórica e cultural e baseia-se, essencialmente, numa cooperação comercial e diplomática. No caso da adesão à Commonwealth existiu controvérsia, pois assistia-se, pela primeira vez, à entrada de um país sem ligações ao império britânico. A partir desse momento, a Commonwealth baseia os seus critérios de adesão em razões mais estratégicas e não em critérios históricos. A Commonwealth tornou-se, assim, uma organização mais global e menos centrada no Reino Unido e Moçambique afirmou-se internacionalmente com o apoio da estrutura desta organização. A Commonwealth permitiu a Moçambique o acesso aos mercados globais, apoiou o desenvolvimento económico, a capacitação e treinamento e facilitou o comércio com condições preferenciais devido aos acordos e parcerias comerciais e à promoção do comércio intra Commonwealth.

O objetivo deste trabalho consiste em avaliar como evoluiu, no período de 2003 a 2023, o padrão de vantagens comparativas de Moçambique relativamente à Commonwealth e à CPLP para perceber se foi vantajosa a adesão a estas organizações, especialmente a Commonwealth. Para tal, consideraram-se as exportações de Moçambique para estes dois

blocos e destes para o Mundo, ao longo de 20 anos, e calcularam-se os índices que permitem analisar a evolução da vantagem comparativa e da estrutura das exportações - o IVCR, o IHH e o coeficiente de correlação.

O trabalho está organizado como se segue. No capítulo I é abordado o conceito de vantagem comparativa, as teorias explicativas e as formas de medição da mesma. No capítulo II aborda-se a história, os objetivos e a governação da Commonwealth e da CPLP. No capítulo III faz-se uma breve análise sobre a economia de Moçambique pós-independência, ressaltando aspetos importantes para entender os resultados obtidos. Por fim, o último capítulo analisa e compara o padrão de vantagens comparativas de Moçambique nos dois blocos ao longo do período.

Capítulo I – Vantagem Comparativa: conceito, teoria e medição

1.1- Conceito de Vantagem Comparativa

A origem do conceito de vantagem comparativa é atribuída a David Ricardo e representa uma evolução em relação ao conceito de vantagem absoluta de Adam Smith no que diz respeito à compreensão dos fatores explicativos do comércio internacional e dos ganhos que este pode proporcionar. De acordo com a teoria das vantagens absolutas o comércio é explicado por diferenças ao nível da produtividade do trabalho, isto é, tem vantagem absoluta num determinado bem o parceiro comercial que apresentar nesse bem uma produtividade do trabalho superior. Já a teoria das vantagens comparativas coloca a ênfase na produtividade relativa (ou nos custos relativos ou nos custos comparados) pelo que um país que apresente desvantagem absoluta em todos os bens, pode, mesmo assim, apresentar vantagem comparativa em alguns deles, o que lhe permite entrar no comércio e daí retirar ganhos. Em qualquer dos casos, a vantagem, seja ela absoluta ou comparativa, reside nas diferenças tecnológicas entre países, avaliadas em termos absolutos no primeiro caso e relativos no segundo.

1.2-Teorias da Vantagem Comparativa

1.2.1– Teoria Clássica

A teoria clássica da VC tem duas ideias fundamentais: a especialização e a divisão do trabalho. Na exemplificação da sua teoria, Ricardo coloca hipóteses, nomeadamente, a existência de dois países – Portugal e Inglaterra - e dois bens homogêneos – o vinho e o tecido, um fator produtivo homogêneo – o trabalho, concorrência perfeita, pleno emprego, tecnologias fixas e internacionalmente diferenciadas, mobilidade interna e imobilidade internacional do fator produtivo, ausência de entraves no comércio internacional e custos de produção unitários constantes. A conclusão é que no comércio internacional um país deve especializar-se totalmente na produção do bem onde tem VC e exportá-lo, importando o bem onde tem desvantagem comparativa. Esta escolha irá permitir ao país obter ganhos de comércio, em especial para os trabalhadores, embora a abertura ao comércio não torne os salários reais iguais nos diferentes países uma vez que são determinados pela vantagem absoluta (Ricardo, 1821).

1.2.2– Teoria Neoclássica

Heckscher e Ohlin estudaram o comércio internacional abordando a VC através da abundância relativa de fatores de produção – trabalho e capital. O modelo de Heckscher Ohlin (H-O) afasta-se do modelo de Ricardo porque explica o comércio pelas diferenças na dotação fatorial e não pelas diferenças tecnológicas e também porque considerada como fatores produtivos não apenas o trabalho, o que abre a possibilidade do comércio internacional gerar ganhos e perdas dentro do mesmo país.

Segundo Eli Heckscher, um país exporta bens que utilizam intensivamente os fatores de produção abundantes localmente e importa os bens que utilizam intensivamente os fatores escassos. Portanto, é a diferença da dotação fatorial que explica o comércio. A abertura ao comércio aumenta o bem-estar geral, mas, ao contrário do que defende Ricardo, pode prejudicar os detentores de alguns fatores produtivos, nomeadamente dos fatores escassos (Heckscher, 1919).

Bertil Ohlin usou os estudos de Heckscher como ponto de partida formalizando o modelo de H-O, com dois fatores de produção – trabalho e capital. Além disso, propôs-se demonstrar que os princípios do comércio num país, neste caso, as diferenças de dotação fatorial, criam padrões de comércio, influenciando o comércio internacional. Bertil também reformula a teoria da VC de Ricardo, associando a mesma às dotações de fatores. As hipóteses assumidas no modelo de H-O são: a diferença nas dotações de fatores de produção, a tecnologia igual, proporções de fatores de produção o que gera bens intensivos em capital ou intensivos em trabalho, mobilidade interna de fatores, comércio livre, concorrência perfeita e preferências idênticas dos consumidores. O teorema de H-O conclui que um país tem VC na produção de um bem que utiliza intensivamente o fator produtivo relativamente abundante. Assim, os países abundantes em capital vão exportar bens intensivos em capital e os países com abundância de trabalho vão exportar bens intensivos em trabalho (Ohlin, 1933).

A equalização dos preços dos fatores foi prevista por Bertil Ohlin e refere que a especialização da produção e o comércio leva à convergência nas remunerações de fatores internacionalmente. Paul Samuelson baseou-se no modelo de H-O e formalizou o teorema da equalização de preços. O teorema de equalização dos preços dos fatores de produção afirma que a abertura ao comércio e a conseqüente equalização do preço dos bens entre países leva à equalização dos preços dos fatores produtivos entre países. À semelhança

dos demais teoremas são assumidas algumas hipóteses, de destacar, comércio sem barreiras, tecnologias de produção idênticas, mobilidade dos fatores de produção entre diferentes setores e concorrência perfeita (Samuelson, 1948).

Este autor apresenta algumas limitações do trabalho elaborado por Ohlin, nomeadamente, a homogeneidade e comensurabilidade dos fatores de produção em diferentes partes do mundo. Assim, critica que se assumam funções de produção iguais mundialmente. Além do exposto, refere que a análise das proporções dos fatores de produção no comércio internacional, por si só, poderá não explicar completamente a equalização dos preços dos mesmos, sendo esta uma lacuna do modelo de base. Para Samuelson, o teorema da equalização parcial dos preços dos fatores não está completamente desenvolvido por Ohlin e necessita de ser analisado e demonstrado de forma mais clara no âmbito do comércio internacional.

1.2.3– Teoria Moderna

Os autores clássicos e neoclássicos conseguem explicar o comércio inter-ramo, ou seja, de produtos diferentes, no entanto, o comércio intra ramo, ou seja, de produtos semelhantes, é explicado por autores como Krugman. A concorrência monopolista leva à diminuição de empresas presentes no conjunto dos dois mercados e ao aumento da quantidade produzida por cada empresa, gerando economias de escala e diminuição de preços e aumentando a variedade de produtos para os consumidores. Assim, com a abertura ao comércio, cada país especializa-se na produção de determinados bens diferenciados, o que leva ao desenvolvimento de padrões de comércio com base nas vantagens comparativas dos países em produtos específicos. O padrão do comércio internacional é influenciado pela procura do mercado interno por produtos específicos e pelos custos de transporte (KRUGMAN, 1980).

Richard Baldwin analisa as várias etapas da globalização, distinguindo a globalização antiga, marcada pelo comércio de bens finais entre países, e a nova globalização, caracterizada pela fragmentação da produção global e integração das cadeias de valor globais. O *offshoring* é definido como a produção de serviços ou partes de um produto no estrangeiro, sendo que a montagem do produto final ocorre num terceiro país. Este fenómeno gera fluxos de comércio internacional que não foram contemplados nos modelos clássicos e neoclássicos (Baldwin, 2016).

A noção de cadeia de valor é relevante neste modelo, trata-se do conjunto de atividades complexas que levam à obtenção de um serviço ou bem final, nas várias nações. Assim, se a poupança obtida no fator trabalho for superior ao aumento dos custos de capital e transporte, a empresa opta por deslocalizar parte da produção, aproveitando as vantagens comparativas locais. Naturalmente, as atividades deslocalizadas são aquelas que requerem menos trabalho qualificado.

1.3– Medição da Vantagem Comparativa

A primeira noção de medição da VC surge na teoria clássica, com Ricardo, e diz que a VC é obtida através da razão entre os custos de oportunidade dos bens entre dois países. O país que detém a VC é aquele que tem menor custo de oportunidade.

O conceito de VCR afasta-se dos métodos tradicionais baseados nas teorias clássicas. A VCR permite identificar os produtos ou setores onde um país tem vantagem relativa, consoante dados empíricos do comércio, normalmente, as exportações. O IVCR, introduzido por Béla Balassa, pretendia quantificar as vantagens comparativas de forma mais prática, baseando-se no desempenho real das exportações dos países. Assim, este indicador é calculado comparando a participação de um bem específico nas exportações totais de um país com a participação do mesmo bem nas exportações mundiais, como será detalhado no capítulo IV, dado que este é o indicador utilizado na parte empírica (Balassa, 1965).

Balassa critica as teorias clássicas em vários aspetos - as suas suposições irrealistas no que diz respeito à mobilidade perfeita dos fatores de produção, concorrência perfeita e tecnologia fixa, o facto de não serem consideradas as preferências dos consumidores, serem ignorados fatores importantes como a escala de produção e inovação para dar-se ênfase à dotação dos fatores, a falta de base empírica das teorias e a inflexibilidade que as faz não contemplar os aspetos dinâmicos do comércio.

Keld Laursen analisa alguns índices utilizados para medir a VCR, nomeadamente, o IVCR, índice de Michaely, o Índice de Exportação Líquida (IEL), o Índice de Contribuição ao Saldo Comercial (ICSC) e o Índice de Intensidade Comercial (IIC). Laursen critica o IVCR de Balassa, destacando a necessidade de ajustar o mesmo para se tornar simétrico em torno do seu valor neutro, apesar de reconhecer que é o índice de medição da VCR mais popular. Este ajuste permite uma análise mais equilibrada da VC

de um país em diversos setores. Assim, o autor desenvolve o Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS). O IVCRS ajusta o IVCR, variando entre -1 e 1 , ao invés de 0 a infinito. Calcula-se da seguinte forma:

$$IVCRS = \frac{(IVCR - 1)}{(IVCR + 1)}$$

Se:

$IVCRS = 1$, existe uma forte VC no setor;

$IVCRS = 0$, existe participação proporcional no setor igual à média de referência;

$IVCRS = -1$, existe uma desvantagem comparativa no setor.

São abordadas, ainda, duas limitações fulcrais no IVCR, não se considerar o comércio intra ramo e as importações. A partir destas limitações introduzem-se os novos índices. O índice de Michaely avalia a diferença entre a estrutura de exportação e importação de um país. Este índice é obtido somando as diferenças entre as participações percentuais de um setor nas exportações e importações de um país. Valores positivos indicam especialização nas exportações e valores negativos indicam uma alta concentração nas importações, portanto, subspecialização. A grande vantagem é permitir identificar a diversificação ou concentração das exportações e importações de um país. O IEL relaciona a diferença entre exportações e importações de um país para um setor com a soma das exportações e importações totais. Permite auferir se um país é exportador ou importador líquido de um setor. Se o IEL tende para 1 , o país é exportador líquido, se tender para -1 é importador líquido. Valores próximos de 0 indicam equilíbrio entre as variáveis. O ICSC analisa a contribuição líquida de um setor específico para o saldo comercial global de um país. Este indicador varia entre -400 e 400 , sendo que valores negativos representam setores que contribuem menos do que a sua participação no comércio total do país. A grande vantagem do mesmo é permitir identificar os setores que têm um impacto significativo no saldo comercial de um país, sendo útil para as políticas comerciais. Por fim, o IIC relaciona a intensidade com que um país comercializa um bem com a intensidade do resto do mundo. Este indicador tem valores maiores que 1 , se a intensidade comercial estiver acima da média mundial e valores menores que 1 , para intensidades abaixo da média mundial, no primeiro caso existe especialização no setor (Laursen, 2015).

Capítulo II – Commonwealth vs. CPLP: história, objetivos e governação

2.1. - Commonwealth

2.1.1 - A Commonwealth

A Commonwealth consiste numa associação voluntária de países que, atualmente, conta com 56 países independentes, dos quais 33 são pequenos estados (população inferior a 1,5 milhões de habitantes) e 25 são pequenos estados insulares em desenvolvimento, contabilizando 2,5 mil milhões de pessoas. Geograficamente está presente em quase todo o mundo, no continente africano conta com 21 países, na Ásia com 8, nas Caraíbas e Américas com 13, na Europa com 3 e no pacífico está presente em 11 países. Estas economias, desenvolvidas ou em desenvolvimento, compartilham objetivos relativamente ao desenvolvimento, democracia e paz. O papel da Commonwealth na economia mundial é de alguma relevância, uma vez que concentra metade do top 20 mundial das economias emergentes que se espera que se tornem líderes mundiais em termos de comércio, capital humano e inovação (The Commonwealth, 2024).

No coração da Commonwealth existem 3 organizações intergovernamentais: *The Commonwealth Secretariat*, que dá o suporte necessário aos países membros para alcançarem os objetivos pretendidos, *The Commonwealth Foundation*, que dá suporte para as questões de democracia e desenvolvimento e *The Commonwealth of Learning* que permite uma aprendizagem e educação à distância. As duas primeiras organizações encontram-se sediadas na Marlborough House em Pall Mall, Londres. Além destas, os membros da Commonwealth têm o suporte de uma rede de mais de 80 organizações intergovernamentais, civis, culturais e profissionais (The Commonwealth, 2024).

Os estados-membros são representados pelos seus altos-comissários no Conselho de Governadores do Secretariado da Commonwealth. Estas reuniões acontecem 1 vez por ano para aprovar os planos estratégicos e programas de trabalho, consoante os orçamentos. O presidente de Ruanda, Paul Kagame, é o atual Presidente do Conselho, representando a Commonwealth ao mais alto nível nas reuniões internacionais e reforçando o bom ofício do Secretário-Geral no que diz respeito à prevenção e resolução de conflitos internos (The Commonwealth, 2024).

Atualmente, o chefe da Commonwealth é o rei Carlos III, sendo que este papel não tem prazo fixo nem é hereditário, resulta da escolha dos líderes da Commonwealth.

2.1.2 - História

A Commonwealth é uma das associações entre países para fins políticos mais antiga e remonta ao império britânico. Gradualmente, algumas das antigas colônias tornaram-se independentes, mas mantendo-se nos domínios de Inglaterra. Foi nesse sentido que surgiram as primeiras conferências dos líderes desses domínios e Inglaterra, em 1887. Mas foi em 1926, na Conferência Imperial, com os líderes da Austrália, Canada, Índia, Estado Livre Irlandês, Terra Nova, Nova Zelândia, África do Sul e Inglaterra que foi acordado que todos eram iguais membros de uma comunidade dentro do Império Britânico. Assim, todos deviam lealdade ao Reino Unido, mas este não os governava. Nascia assim a *British Commonwealth of Nations* ou apenas Commonwealth. Ao longo dos anos, estes países foram conquistando total independência, no entanto, queriam manter-se membros da Commonwealth. Em 1949, numa reunião que juntou 8 países membros, Austrália, Canada, Índia, Nova Zelândia, Paquistão, África do Sul, Sri Lanka e Reino Unido, foi elaborada a Declaração de Londres que permitia que as Repúblicas e outros países fizessem parte da comunidade, oficializando a modernização da Commonwealth. Esta Declaração foi de extrema importância porque reconheceu, pela primeira vez, a “igualdade entre Estados-Membros, independentemente da sua dimensão, riqueza ou origem” (The Commonwealth, 2024). Desde então, países independentes de África, América, Ásia, Europa e Pacífico já aderiram à organização. Atualmente, “a adesão à organização baseia-se numa cooperação voluntária livre e equitativa (The Commonwealth, 2024)”. Moçambique, Ruanda, Gabão e Togo foram os últimos 4 países a aderir à Commonwealth, apesar da pouca ligação histórica com o Império Britânico. O primeiro chefe da Commonwealth foi o rei George VI, seguido da rainha Elizabeth II, após a sua morte.

2.1.3- Objetivos

A Carta da Commonwealth, de 14 de dezembro de 2012, consiste na compilação dos objetivos e valores da mesma em 16 princípios fundamentais que são aceites e respeitados por todos os membros. Ao longo dos 16 artigos, são abordados temas como a democracia,

direitos humanos, segurança e paz internacional, tolerância, respeito e entendimento, liberdade de expressão, separação de poderes, estado de direito, boa governação, desenvolvimento sustentável, proteção do ambiente, saúde, educação, alimentação e alojamento, igualdade de género, os jovens, as necessidades dos pequenos estados e dos estados vulneráveis e, por fim, o papel da sociedade civil. No fundo, o que se pretende é que a Commonwealth seja uma organização eficaz e que consiga, efetivamente, auxiliar os seus estados-membros nos crescentes desafios globais e que se destaque mundialmente devido à sua ação em questões importantes e no seu papel no desenvolvimento dos seus povos (The Commonwealth, 2024).

Atualmente, a agenda da organização abrange um leque variado de temas: a Carta Azul refere-se ao compromisso de todos os estados-membros em preservar os oceanos; a Carta de Terras Vivas debruça-se sobre as mudanças climáticas, perda da biodiversidade e degradação da terra, em alinhamento com o *Climate Finance Access Hub* que financia os países em desenvolvimento para lidarem com o colapso climático; o sistema de gestão da dívida que auxilia 43 países membros na gestão das carteiras de dívida; a Agenda de Conectividade que tem o intuito de incrementar o comércio intra Commonwealth; o Índice de Vulnerabilidade Universal que pretende a conscientização da vulnerabilidade de um país a choques económicos e ambientais; os *Benchmarks* anticorrupção que permitem auxiliar os governos a combater a corrupção nos setores público e privado; a campanha Commonwealth *Says NO MORE* que combate a violência doméstica e sexual; o trabalho da Commonwealth sobre o uso da IA para capacitar os jovens, permitir a ação climática e criar economias inclusivas; e, por fim, o trabalho da Commonwealth para proteger o processo, as instituições e a cultura da democracia via observações eleitorais e iniciativas de construção de paz. Desde 1980, a Commonwealth já observou mais de 200 eleições em quase 40 países (The Commonwealth, 2024).

2.1.4 – Governação

A Commonwealth é apoiada por uma rede de mais de 80 organizações, sendo que a mais importante e que mais se destaca é o Secretariado. Os principais objetivos desta organização “são proteger o ambiente e incentivar a utilização sustentável dos recursos naturais em terra e no mar”; “impulsionar o comércio e a economia”; “apoiar a democracia, governo e o Estado de direito”; “desenvolver a sociedade e os jovens,

incluindo a igualdade de género, a educação, a saúde e o desporto”; e “apoiar os pequenos Estados, ajudando-os a enfrentar os desafios específicos que enfrentam” (The Commonwealth, 2024). O Secretariado tem como principal ferramenta de ajuda técnica aos países membros o Fundo da Commonwealth para Cooperação Técnica (CFTC).

O secretário-geral da Commonwealth, função criada na Conferência de Primeiros-Ministros em Londres, em 1965, visa promover e proteger os valores e princípios da mesma, consoante a Carta da Commonwealth. Além disso, representa a organização no foro internacional, administra o Secretariado e tem a função de “Bom Ofício da Paz” tendo o papel de mediar as tensões políticas em estados-membros. Os mandatos são de 4 anos e apenas pode haver 1 reeleição. Desde a sua criação até hoje, existiram 6 secretários-gerais, atualmente, RT Hon Patricia Scotland KC ocupa o lugar (The Commonwealth, 2024).

A fundação da Commonwealth é uma das 3 organizações base. O seu foco são os interesses da sociedade civil dentro da organização e é regida pelos estados-membros. Procura promover os princípios presentes na Carta da Commonwealth e a participação ativa dos cidadãos nas tomadas de decisão dentro da organização, de forma livre, equitativa e justa (Commonwealth Foundation, 2024).

A *Commonwealth of Learning* é uma organização intergovernamental fundada em 1987, com sede no Canadá, pelos Chefes de Governo da Commonwealth para facilitar a partilha de conhecimentos, recursos e tecnologias entre membros. É a única no mundo que se foca na promoção e desenvolvimento da educação à distância e ensino aberto. É gerida pelo Conselho de Governadores, composto por 17 governadores provenientes de toda a Commonwealth. O plano estratégico para o período de 2021 a 2027 foca-se em introduzir nas políticas nacionais o investimento em inovação, formas de apoiar a transformação digital em instituições e organizações, promover a igualdade de género e introduzir um plano rigoroso de monitorização e avaliação (Commonwealth of Learning, 2024).

2.1.5 – Adesão de Moçambique à Commonwealth: Fatores Explicativos

Moçambique aderiu à Commonwealth em 1995 tornando-se o 53.º membro com o intuito de fortalecer a sua integração global e defender a democracia, boa governança e respeito pelos direitos humanos, valores e princípios fundamentais da organização (Banerji, 2010).

A adesão de Moçambique à Commonwealth foi um marco, tornando-se o único membro cuja língua oficial não era o inglês e foi uma abertura a outros países sem ligações ao império britânico. De destacar que um dos fatores que favoreceu a entrada de Moçambique foi a sua proximidade com os países anglófonos vizinhos (Shaw, 2010). Esta adesão gerou debate sobre os critérios de adesão à organização, por isso, sentiu-se a necessidade de criar um comité sobre a adesão à Commonwealth, em 2005, onde se definiu os critérios e procedimentos de adesão. No entanto, Moçambique mostrou o empenho e dedicação no que diz respeito aos valores e princípios da Commonwealth, tornando-se um membro sólido e ativo (Banerji, 2010).

A Commonwealth reconheceu, para esta adesão, o esforço de Moçambique para a paz, estabilidade e crescimento no pós-guerra civil, aproximando-se dos valores e princípios da organização. Outro fator importante a favor de Moçambique foi a sua ação nos conflitos da Rodésia e no *Apartheid* na África do Sul, reprovando-os. Por outro lado, esta integração gerou algum descontentamento em países como Portugal porque, na sua ótica, manifestou um afastamento da comunidade lusófona. Os críticos referiam ainda que poderia existir uma perda de autonomia de Moçambique e um regresso à ideia do colonialismo (Power, 2009).

2.2 - A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

2.2.1 - A CPLP

A CPLP reúne países de 4 continentes, somando mais de 230 milhões de pessoas, permitindo, mais facilmente, no seio externo, que cada país membro defenda os seus valores e interesses, que culminam no propósito comum da comunidade – promover os laços de amizade entre os países de língua oficial portuguesa, a democracia, o desenvolvimento e a paz. O elo entre estes 9 países é a língua, história e património comum e não a proximidade geográfica, uma vez que se trata de um espaço geográfico descontínuo. Os grandes objetivos destes são, essencialmente, políticos, sociais, culturais e económicos, priorizando setores como a saúde, educação, segurança alimentar e o ambiente. Para alcançar estes objetivos existe um empenho conjunto de instituições privadas e públicas, internas e externas e organizações não governamentais. No campo político tem-se procurado intensificar o potencial de negociação em instituições internacionais multilaterais, como a ONU, a FAO e a OMS. A cooperação empresarial é

um foco no que toca aos objetivos económicos. Apesar destes objetivos, dado o carácter da organização, a valorização e difusão da língua portuguesa é um objetivo de elevada importância e, por isso, os trabalhos no Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sedado em Cabo Verde, são crescentes e o Secretariado Executivo da CPLP também se tem focado neste tema, promovendo parcerias para a promoção e difusão da língua comum (CPLP, 2024).

A CPLP é uma organização que vem evoluindo ao longo do tempo adequando-se às políticas dos estados-membros e às aspirações e expectativas dos seus cidadãos. A relevância da CPLP tem aumentado no seio nacional e internacional o que levou a alterações dos Estatutos, nomeadamente, criação de grupos da CPLP nas capitais e nas sedes dos organismos internacionais, regulamentação acerca da adesão dos Estados e a existência de organizações internacionais como observadores, assim como instituições da sociedade civil como observadores consultivos. No XII Conselho de Ministros, em novembro de 2007, dá-se uma nova dimensão institucional à organização com a criação da Assembleia Parlamentar. A cooperação multilateral e bilateral tem sido crescente também devido ao aumento de pedidos do estatuto de observador consultivo, resultando no crescimento da colaboração entre entidades homólogas dos Estados, no plano estatal e da sociedade civil, existindo atualmente mais de uma centena de redes (CPLP, 2024).

2.2.2 - História

A comunidade de países e povos de língua portuguesa foi uma ideia que esteve presente desde muito cedo entre os países de língua oficial portuguesa devido, essencialmente, ao idioma comum, mas não só, a história que os une e os objetivos em comum também foram pontos considerados. No seguimento desse interesse geral, em 1983, durante uma viagem oficial a Cabo Verde, Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, sugeriu alguns encontros entre representantes dos 7 países de língua oficial portuguesa. No entanto, só em 1989 é que se efetivou o primeiro grande passo para a criação da CPLP, com a criação do IILP. O IILP preocupa-se com a promoção da língua no seio dos países em questão e é resultado da primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 1994, a segunda reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores acontece, novamente no Brasil e pretende preparar

a adoção do ato constitutivo da CPLP. Neste encontro decidiram-se dois pontos importantes para a criação da CPLP: a realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo para formalizar a intenção e a criação de um Grupo de Concertação Permanente, denominado Comité de Concertação Permanente (CCP), desde junho de 1995. Este Grupo constituía uma preparação para a Cimeira, tendo sede em Lisboa, onde se reuniam o alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e os Embaixadores acreditados em Lisboa, único país da comunidade com embaixadores de todos os países membros (CPLP, 2024).

Após a Cimeira Constitutiva foram adotados os 2 documentos elaborados no Grupo de Concertação Permanente, a Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade, que tiveram a sua última revisão em 2007. Estes documentos foram resultado de um profundo estudo sobre a cooperação e concertação necessária dos 7 países a nível político-diplomático, económico e empresarial e dos organismos não governamentais. A criação oficial da CPLP dá-se a 17 de julho de 1996, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em Lisboa. À data, a CPLP reunia 7 países fundadores, mas contou com 2 adesões ao longo do tempo, sendo a primeira, em 2002, de Timor-Leste, após a conquista da independência e a segunda, em 2014, da Guiné-Equatorial (CPLP, 2024).

2.2.3 - Objetivos

A CPLP foi criada a 17 de julho de 1996 com três grandes objetivos:

A concertação político-diplomática entre os seus estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; a materialização de projetos de promoção e difusão de língua portuguesa.

(CPLP, 2024)

A organização representa um “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação” e tem como princípios:

Igualdade e soberania dos estados-membros; não ingerência nos assuntos internos de cada estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento;

primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

(CPLP, 2024)

2.2.4 – Governação

A CPLP tem, desde a sua criação, como órgãos, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, o CCP e o Secretariado Executivo. Na revisão dos Estatutos posteriores foram adicionados novos órgãos, nomeadamente, as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião dos Pontos Focais da Cooperação, adicionadas em 2002. Em 2005 adicionou-se o IILP à lista de órgãos. A última revisão dos Estatutos, em 2007, criou a Assembleia Parlamentar (CPLP, 2024).

A conferência de Chefes de Estado e de Governo é composta pelas autoridades máximas dos estados-membros e reúne-se a cada 2 anos, podendo reunir-se extraordinariamente quando for solicitado por 2/3 dos estados-membros. Este é o órgão deliberativo superior da CPLP e as decisões aí tomadas são tomadas em consenso, como em todos os outros órgãos. Além disso, são vinculativas a todos os estados-membros. De modo geral é neste órgão que se define a política e estratégias da CPLP, implementa os Estatutos, cria instituições e onde é eleito o Secretário Executivo. Atualmente a presidência é detida por São Tomé e Príncipe (CPLP, 2024).

O Conselho de Ministros reúne os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos estados-membros, reunindo-se 1 vez por ano, ou extraordinariamente se 2/3 dos estados-membros solicitar. A presidência é eleita rotativamente, apesar de ser habitualmente o ministro do país anfitrião, e tem a duração de 2 anos. Este órgão deve apresentar os relatórios das reuniões ao órgão máximo, a conferência de Chefes de Estado e de Governo. O Conselho de Ministros ocupa-se da coordenação de atividades, do desenvolvimento e funcionamento da CPLP e da aprovação do orçamento. A presidência é detida por Angola até julho de 2025 (CPLP, 2024).

O Secretariado Executivo é o órgão que executa as deliberações da conferência, Conselho e Comité. O Secretário Executivo é quem dirige o Secretariado eleito para um máximo de 2 mandatos de 2 anos, sendo sempre uma alta personalidade de um dos países

membros. Atualmente o cargo é ocupado por Zacarias da Costa, oriundo de Timor-Leste, eleito para um segundo mandato (PORTAL DO SECRETARIADO EXECUTIVO, 2024) O CCP é sediado em Lisboa e reúne-se, ordinariamente, 1 vez por mês, podendo reunir-se a qualquer altura que for considerado necessário. É constituído por um representante de cada país membro e o representante do país que detém a presidência do conselho de ministros é quem coordena o comité. É competência do CCP definir, adotar e implementar as políticas e programas de ação da organização, supervisionar o Secretariado Executivo e o IILP no que diz respeito ao cumprimento das decisões e recomendações de outros órgãos e da política da CPLP e aprovar o orçamento tanto da CPLP como do IILP (CPLP, 2024).

A Assembleia Parlamentar é formada com base nas eleições legislativas do cada país membro, sendo constituída pelos representantes de todos os parlamentos dos países da CPLP (CPLP, 2024).

As Reuniões Ministras Setoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação preocupam-se com a concertação e cooperação ao nível dos setores governamentais e ao nível do desenvolvimento da comunidade. A primeira junta ministros e secretários de estado dos diferentes setores governamentais de todos os estado-membros e a segunda as unidades responsáveis dos estados-membros, sendo coordenada pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação realiza-se, por norma, 2 vezes por ano, mas extraordinariamente se for da vontade de 2/3 dos estados-membros poderá realizar-se mais vezes (CPLP, 2024).

Capítulo III - Economia moçambicana no pós-independência

A independência de Moçambique foi conquistada em 1975 e desde então o país passou por alguns momentos a destacar. O primeiro foi o processo de conquista da independência seguido da imposição de uma economia centralizada e socialista por parte do partido político FRELIMO, seguiu-se a guerra civil entre este partido e a RENAMO nos anos de 1977 a 1992 que gerou uma crise económica que obrigou à criação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) em 1987 com o apoio do FMI e do Banco Mundial. Assim, dá-se o primeiro passo para a transição para uma economia de mercado. Em 1992, com o

fim da guerra civil, assina-se o Acordo de Paz em Roma e Moçambique começa a receber ajuda internacional para reconstruir a infraestrutura destruída pela guerra. Depois da crise o país passa por um longo período de crescimento, impulsionado pelo IDE, principalmente depois da descoberta de reservas de gás natural que tinham capacidade de revolucionar as suas exportações. Em 2016 dá-se a crise da dívida oculta com a descoberta de empréstimos que o governo contraiu secretamente, o que levou à suspensão da ajuda internacional, desvalorização do metical e, conseqüentemente, à crise económica. A aposta para superar a crise foi o desenvolvimento de infraestruturas para explorar o gás natural. No entanto, Moçambique depara-se desde 2017 com ataques terroristas na zona de Cabo Delgado que dificultaram e atrasaram a realização destes projetos. A pandemia de COVID-19 gerou, igualmente, efeitos adversos na economia moçambicana.

3.1-Independência e Nacionalização (1975)

O fim do domínio colonial português em Moçambique foi o resultado da junção de alguns fatores como o pós-Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, que levou os oficiais militares ao poder e estes, fartos das longas guerras coloniais defendiam a descolonização. Este facto aliado à existência da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), chefiada por Eduardo Mondlane e Samora Machel, que lutava contra o domínio colonial desde 1964 e ganhava cada vez mais força interna e internacionalmente e o rebentar da guerra de guerrilha culminaram na independência de Moçambique declarada, oficialmente, a 25 de junho de 1975. A guerra de guerrilha entre a FRELIMO e os militares portugueses foi desastrosa para as infraestruturas e sociedade moçambicana. A transição do poder foi imediata para a FRELIMO liderada por Samora Machel que teve como grandes desafios a consolidação do poder, a reconstrução do país devastado pela guerra e a falta de população qualificada para administrar o país devido à retirada abrupta de população portuguesa. Assim, criaram-se estruturas políticas e nacionalizaram propriedades e indústrias, terras e recursos naturais segundo a ideologia socialista. A influência da União Soviética era elevada e evidente em políticas como a centralização do poder num único partido e na criação de uma economia planificada, com a coletivização da agricultura (Hall & Young, 1997).

A forte resistência interna de antigos colonos portugueses e população descontente está na origem do surgimento da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e, conseqüentemente, da guerra civil que durou mais de uma década e destruiu ainda mais o país, impedindo o desenvolvimento económico e social.

3.2-Guerra Civil (1977-1992)

A guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO foi resultado, essencialmente, da insatisfação da população e do fracasso económico das políticas socialistas, especialmente na produção agrícola. A RENAMO tinha o apoio internacional das vizinhas Rodésia (atual Zimbabué) e África do Sul. Durante a guerra existiu uma fragmentação política e social com a FRELIMO a lidar com disputas internas de poder e desorganização administrativa que dificultaram a resposta ao conflito e o fornecimento de serviços básicos. A guerra civil causou uma enorme destruição geral, infraestruturas vitais foram danificadas e áreas rurais devastadas, o que resultou numa crise humanitária com deslocamentos massivos e perda de vidas (Hall & Young, 1997).

No final dos anos de 1980, a FRELIMO percebeu a necessidade de reavaliar e ajustar as suas políticas para a transição para uma economia de mercado. Assim, iniciou-se o processo de liberalização económica com a privatização de algumas indústrias estatais. Moçambique contou, ainda, com ajuda internacional para a recuperação económica. Estes dois fatores encaminharam a economia moçambicana para um crescimento no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Ainda assim, a recuperação foi lenta e a economia continuou a enfrentar desafios substanciais, no entanto, a FRELIMO conseguiu manter-se no poder (Hall & Young, 1997).

O fim da guerra civil foi ditado pelo esgotamento do conflito, pois ambas as partes tinham um desgaste significativo devido à duração da mesma e pelas mudanças no contexto internacional - o fim da Guerra Fria e do apoio externo à RENAMO. Após reconhecerem que a solução militar pura não era viável e com a igreja católica e governos estrangeiros como mediadores, começaram as negociações de paz. Essas negociações não foram lineares, mas levaram à assinatura do Acordo Geral de Paz a 4 de outubro de 1992, que tinha como traços gerais o compromisso para a desmilitarização, eleições multipartidárias e reintegração de ex-combatentes na sociedade. Assim, acabaram 16 anos de uma das guerras mais destrutivas da África pós-colonial.

3.3-Crescimento Económico e Descoberta de Recursos Naturais (1992-2012)

No pós-guerra civil impunha-se a reconstrução nacional de um país devastado pela guerra. Numa primeira fase (1992-2002), o crescimento económico de Moçambique deve-se, essencialmente, à passagem para uma economia de mercado, com a implementação do PAE que continha políticas de liberalização do comércio, desregulamentação, privatização de empresas estatais e redução do papel do Estado na economia. Numa segunda fase (2002–2012), o crescimento económico deve-se ao investimento em megaprojetos, a economia não era muito diversificada, mas registou algumas mudanças estruturais.

O crescimento de Moçambique foi muito impulsionado pelo IDE, numa primeira fase ao nível da reconstrução pós-guerra e, numa segunda fase, ao nível de projetos de infraestruturas, como a reabilitação da central hidroelétrica de Cahora Bassa, a construção da fundição de alumínio da Mozal, o Sasol (gasoduto para África do Sul), as areias pesadas de Kenmare, as minas de carvão da Vale e Rio Tinto e, com destaque, a exploração de gás natural. Este aumento de IDE gerou aumento nas importações a partir de 2007, no entanto, a reconstrução e as reformas na economia fizeram aumentar as exportações líquidas de bens e serviços, com exceção do ano de 2011. A estrutura das exportações mudou durante este período passando de uma estrutura tradicional (camarão, algodão, madeira, castanha de caju em bruto e açúcar) para exportações ligadas aos megaprojetos (alumínio, eletricidade e carvão), que representavam, em 2012, 70% das exportações totais de mercadorias. A balança corrente externa era deficitária em 2012, 46% do PIB, no entanto, excluindo os megaprojetos e com as subvenções do estado, estava próxima do equilíbrio. Este crescimento sustentado permitiu uma redução significativa da pobreza, o limiar nacional de pobreza passou de 69% em 1996/97 para 54% em 2003, ano em que se deu uma estagnação. O aumento dos rendimentos agrícolas também foi crucial para melhorar este índice, uma vez que representava cerca de 80% da população economicamente ativa (IMF, 2014).

A política macroeconómica focou-se na liberalização cambial e do comércio na década de 1990, passando depois para medidas de estabilização fiscal e de mobilização de recursos. Em 2012, as subvenções estrangeiras representavam 6% do PIB. Estas foram utilizadas, maioritariamente, para setores prioritários na estratégia de redução da pobreza de Moçambique, como a agricultura, construção de estradas, educação e saúde e foram

concedidas pela Associação Internacional de Desenvolvimento do Banco Mundial (IMF, 2014).

Nesta altura os desafios que se impunham para o desenvolvimento económico de Moçambique eram a necessidade de melhorar a qualidade e o acesso aos serviços básicos, como educação, saúde e saneamento e combater a pobreza nas áreas rurais. Os megaprojetos que Moçambique acolhia estavam voltados para a exportação e contribuíam, significativamente, para o crescimento económico. Existiam 2 megaprojetos com um elevado potencial nas áreas do carvão e gás natural. Moçambique tinha confirmadas 32 mil milhões de toneladas de carvão em reservas o que lhe permitia tornar-se num dos maiores exportadores desta matéria-prima que podia chegar a representar 20% do PIB. O investimento nestes projetos teve um impacto positivo no crescimento económico, elevando o PIB em média entre 2% a 4% e sendo responsável por 60% a 70% das exportações totais que geraram mais receitas (IMF, 2014).

Nesta altura, Moçambique tinha boas perspetivas de crescimento dado a sua localização geográfica, recursos naturais e corredores de desenvolvimento, mas para tal eram necessários investimentos elevados e uma colaboração eficaz entre os setores público e privado. No entanto, ainda era uma economia vulnerável a choques externos, como, choques climáticos, mudanças nos preços das *commodities* e instabilidade política.

3.4-Crise da Dívida Oculta (2016)

O ano de 2016 foi um ano difícil para Moçambique devido à recessão provocada pela queda do preço das *commodities*, à seca e conflitos e à descoberta das dívidas ocultas de 1,4 mil milhões de dólares em abril. Este último ponto abalou a confiança no país e fez cair o crescimento e estabilidade económica. A dívida de Moçambique escalou, tornando o rácio de dívida relativamente ao PIB num dos maiores em África, 86% do PIB em 2015, culminando numa grande desvalorização da moeda e consequente inflação elevada. Em outubro de 2016, a inflação atingiu 25%, sendo que a inflação dos alimentos chegou a 40%. A revelação da dívida oculta provocou a suspensão imediata do apoio do FMI e outras ajudas ao orçamento que representavam cerca de 6% do orçamento nos últimos 3 anos e 2% do PIB (World Bank, 2016).

Neste ano, foi necessário um forte ajustamento nos planos orçamentais. O orçamento revisto tinha uma redução de apenas 0,3% das despesas totais relativamente ao orçamento

inicial. Os cortes mais acentuados foram ao investimento interno e nos bens e serviços. As despesas nos setores sociais e económico, que representavam a maioria das despesas totais, excluindo os juros, tiveram uma redução global de 4,7%. Todos os setores foram afetados pelo corte orçamental, exceto o da saúde que registou um aumento de 10% devido ao financiamento externo (World Bank, 2016).

O abrandamento da economia dos megaprojetos foi inevitável devido ao recuo do investimento no setor imobiliário, na construção e nos serviços financeiros. O setor extrativo registou uma queda de 60%, nos 3 primeiros trimestres de 2016, na contribuição para o PIB, sendo que a indústria transformadora diminuiu a sua contribuição em 3 pontos percentuais no mesmo período em comparação a 2015. O setor agrícola também contraiu devido à seca regional, tendo uma contração de 6% nos 3 primeiros trimestres de 2016 (World Bank, 2016).

No panorama externo as exportações caíram devido, essencialmente, à contração das exportações agrícolas (a castanha de caju foi a única que não registou diminuição). Por outro lado, as receitas provenientes das exportações da eletricidade, areias pesadas, gás e carvão aumentaram, este último devido à conclusão da linha férrea Moatize – Nacala-a-Velha. O aumento das receitas destas exportações acabou por compensar o declínio nas exportações de alumínio.

3.5-Desenvolvimento dos Projetos de Gás Natural (2017-2024)

A partir de 2017, Moçambique começa um período de crescimento reduzido, de 2,9%, e concentração crescente. A desaceleração económica devido à crise da Dívida Oculta diminuiu a capacidade de gerar empregos, a procura de consumidores privados e públicos, reduzindo o investimento, e aumentou o custo do crédito. Estes fatores foram fatais para as pequenas e médias empresas. A recessão económica manteve-se em 2017 com o nível da dívida externa insustentável, mas com resultados mais satisfatórios devido à valorização do metical. Tal aconteceu como consequência da política monetária e do forte desempenho das exportações de *commodities*. Com isto, a inflação reduziu para 7% e a inflação nos alimentos para 5% (World Bank, 2017).

O setor extrativo e de minerais de carvão e alumínio eram os que registavam maior concentração, o que revelava uma economia a duas velocidades. A indústria, que representava 13% do PIB, contraiu pela primeira vez desde 1994 nos 3 subsetores,

manufatura, energia e construção. O setor da construção ressentiu a queda do investimento público e privado, o setor de energia hidroelétrica sofreu com as consequências da seca e a indústria da manufatura, incluindo o processamento de alimentos, lidava com o alto custo do crédito, diminuição da procura e baixa competitividade relativamente às importações. O défice comercial caiu quase 50% devido à diminuição das importações e aumento das exportações de carvão.

Os problemas ao nível da política fiscal mantiveram-se, com um aumento do endividamento interno, do custo dos empréstimos e do risco dos papéis do governo. A estratégia manteve-se na diminuição do investimento público a favor da folha de pagamentos crescente, o que não permitiu um crescimento sustentável. As empresas estatais continuavam a representar um problema devido aos custos dos seus portefólios de dívida e das suas ineficiências operacionais internas (World Bank, 2017).

Ainda em 2017, Moçambique também teve de lidar com insurgências na província de Cabo Delgado, rica em gás natural. Esta violência levou à perda de vidas e de meios de subsistência, obrigando à deslocação de população para as províncias vizinhas de Nampula e Niassa, alastrando a crise humanitária. As forças de segurança de Moçambique conseguiram controlar a região, mas recentemente deu-se um aumento da violência. Para enfrentar a violência e os seus impactos, o governo aprovou o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado e o Programa Integrado de Resiliência e Desenvolvimento para o Norte de Moçambique.

Em 2018, Moçambique emergia do período de 2 anos de elevada volatilidade macroeconómica. O metical estava estável e, consequentemente, a inflação a reduzir, em agosto de 2018 estava um pouco acima de 5%. A balança comercial recuperava devido, essencialmente, ao aumento das exportações do carvão que representavam 7% do PIB. No entanto, o crescimento de 3,3% ainda era muito inferior ao registado antes da crise e a procura privada de serviços desacelerou, significativamente, refletindo o baixo poder de compra do consumidor. Os riscos macroeconómicos eram elevados, pois as principais exportações de Moçambique, carvão, alumínio e tabaco, não tinham preços elevados. A estrutura dos motores de crescimento da economia moçambicana alterava, os trabalhadores migraram da agricultura para os serviços, aumentando a produtividade e reduzindo a pobreza, no entanto, a lacuna entre ricos e pobres acentuou-se. Moçambique era um dos países africanos com maior coeficiente de Gini, 56,1 em 2014/2015 (World Bank, 2018).

Em 2019, Moçambique enfrentou 2 ciclones severos, mas fez avanços na estabilidade económica. O crescimento neste ano caiu devido aos ciclones Idai e Kenneth e a produção mais lenta do carvão. A taxa de inflação foi de 2,8%. Em termos de política fiscal, apesar dos progressos na consolidação das finanças públicas em 2018, os custos da resposta aos ciclones, as eleições e os salários da função pública revelavam uma perspetiva desafiadora. Além disso, apesar dos níveis da dívida terem diminuído, continuavam em valores elevados. Nesta altura, iniciavam os investimentos em GNL e, por isso, começaram a existir défices na conta corrente que seriam financiados pelo IDE. A política monetária continuava a ser restritiva, ainda que sendo gradualmente flexibilizada, a taxa de juro caiu para 15,75% em 2019, mas ainda assim uma das maiores da região. Os desafios passavam pelo mau desempenho das exportações não extrativas, reduzido crescimento em parceiros comerciais chave e a volatilidade do preço das *commodities*. A estes juntou-se o desafio de administrar a grande entrada de divisas para financiar os projetos de GNL. Moçambique enfrentava ainda uma grande disparidade entre as áreas rurais e urbanas no que diz respeito a serviços básicos de infraestrutura como estradas, energia e água potável, saúde e educação. Neste sentido era importante apostar num crescimento inclusivo utilizando como ferramenta o Programa de Investimento Público, que nesta altura contribuía para aumentar estas desigualdades (World Bank, 2019).

3.6-Pandemia de Covid -19 (2020-2022)

Moçambique começou desde o princípio com medidas severas para conter a propagação do vírus da Covid-19, o que teve consequências adversas na economia, levando à quase paralisação. A pandemia de Covid-19 atingiu a economia moçambicana quando esta recuperava da desaceleração provocada pela crise da Dívida Oculta de 2016 e ciclones de 2019. Neste contexto, os projetos de exploração de GNL tiveram de ser suspensos. O défice fiscal aumentou, prejudicando a consolidação fiscal devido às menores receitas fiscais e aos gastos relacionados com a pandemia. O défice da conta corrente também aumentou devido ao fraco desempenho das exportações e ao aumento das importações de serviços relacionados ao GNL (World Bank, 2021).

Em 2020, cerca de 2,9% das empresas afetadas pela pandemia foram forçadas a cessar atividade, pois a capacidade de responder a choques massivos era limitada, especialmente nas pequenas empresas. O setor dos serviços foi o mais afetado, seguido dos transportes

e do setor extrativo (carvão) que enfrentou uma queda acentuada na produção. O PIB contraiu 1% em 2020. A taxa de câmbio caiu 18% entre janeiro e novembro devido à diminuição nas exportações, nos fluxos de investimento e na absorção interna. A taxa de inflação manteve-se razoável, 3,1%, porque a depreciação da moeda foi compensada pela diminuição na procura e queda nos preços dos combustíveis. No entanto, a inflação nos alimentos era maior do que a geral devido à dificuldade de abastecimento interna e externa por conta da pandemia. Neste ano, naturalmente, o setor externo foi muito afetado. O déficit da balança comercial aumentou devido à queda das exportações do país de 33%. O IDE, pelo contrário, registou um recorde devido ao investimento no GNL, sendo de \$2,6 mil milhões (World Bank, 2021).

Em 2021 a dívida pública atingiu 22% do PIB em consequência dos gastos relacionados à pandemia de COVID-19 e do conflito no norte de Moçambique. Os projetos de GNL foram suspensos devido ao aumento da escala de insurgência de conflito. Esperava-se que a recuperação da demanda global e o aumento do preço das *commodities* sustentasse o crescimento das exportações e os fluxos de IDE. Moçambique tinha um alto potencial agrícola que, aproveitado, reduziria a pobreza e a desigualdade 3 vezes mais rápido do que os outros setores. O caminho passava por políticas e apoios agrícolas e diversificação do modelo de crescimento para além da indústria extrativa. Neste ano, a inflação anual média foi de 5,7%, quase o dobro de 2020, devido ao aumento dos preços dos alimentos, energia e combustíveis, consequência da recuperação económica. Em 2021 as perspetivas para o setor externo eram positivas, o setor de extração mineral, especialmente o GNL, representava 90% do total das exportações do país, o que refletia a vulnerabilidade de Moçambique aos preços das *commodities*. O déficit da conta corrente diminuiu para 4,9% graças aos empréstimos do FMI que permitiram também reestruturar a dívida soberana estatal. A gestão fiscal foi prudente (World Bank, 2022).

Em 2022, Moçambique já recuperava economicamente, crescendo, 4,1%, ao contrário da tendência mundial. Os setores agrícola e dos serviços tiveram bons desempenhos devido à melhoria da produtividade agrícola e ao restabelecimento da mobilidade. O aumento da procura e dos preços das principais *commodities* exportadas por Moçambique - carvão e alumínio - ajudaram ao crescimento. A inflação aumentou, consideravelmente, devido ao aumento do preço dos combustíveis e dos alimentos, chegando aos 9,8%. Com isto, o Banco Central de Moçambique aumentou as taxas de juro, tornando-se das mais altas da região. Na política fiscal, apesar das receitas consideráveis, observou-se um déficit fiscal

de cerca de 5,9%, pois só a folha de pagamentos e o serviço da dívida absorveram cerca de 90% das receitas fiscais. A taxa de câmbio permaneceu estável e foi um dos fatores que ajudou a controlar as pressões inflacionárias. O setor externo era caracterizado por um défice comercial significativo e crescente, e elevadas necessidades de financiamento externo. As exportações de Moçambique eram muito concentradas no carvão e alumínio, o que acarretava o risco das oscilações de preços nesses produtos (World Bank, 2023).

3.7-Perspetivas Económicas

As perspetivas económicas são animadoras, com um crescimento económico de médio prazo esperado de 6% ao longo de 2023-2025, devido, essencialmente, à recuperação dos serviços, aumento da produção de GNL e altos preços das *commodities*. O crescimento da economia foi de 5% em 2023 e a inflação moderou-se para 7,1%. A política monetária permaneceu restritiva e a dívida pública total diminuiu, sendo considerada sustentável numa perspetiva prospetiva. Existem, no entanto, grandes riscos para o crescimento de Moçambique, possíveis desastres climáticos, a segurança no Norte que pode atrasar o desenvolvimento dos projetos de GNL e as pressões nos preços dos alimentos e combustíveis (World Bank, 2024).

A taxa de pobreza aumentou de 48,4% para 62,8% entre 2014/15 e 2019/20 e o número de pessoas pobres aumentou de 13,1 para 18,9 milhões. O coeficiente de Gini caiu de 56,1 para 50,4 entre 2014/15 e 2019/20 (World Bank, 2024).

Capítulo IV – Resultados do trabalho empírico

4.1 – Nota Metodológica

A análise empírica foi feita com dados retirados da base de dados Intracen, em milhares de dólares, para o período de 2003 a 2023. Primeiramente, retiraram-se dados das exportações de Moçambique para a Commonwealth e das exportações da Commonwealth para o Mundo, por tipo de produto – do 01 ao 99, com exceção do 77 e 98. O segundo passo foi retirar as exportações de Moçambique para cada um dos países membro da CPLP – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné- Equatorial, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – e construir uma tabela com as exportações de

Moçambique para o conjunto dos países da CPLP, para o mesmo período e produtos. Após obter-se os dados relativos às exportações de cada país membro da CPLP para o Mundo, elaborou-se a tabela relativa às exportações do conjunto de países da CPLP para o Mundo. O terceiro passo foi calcular os pesos de cada produto exportado por Moçambique para a Commonwealth / CPLP no total das exportações para a Commonwealth / CPLP e os pesos de cada produto exportado pela Commonwealth / CPLP para o Mundo nas exportações totais da Commonwealth / CPLP. Elevando ao quadrado o valor obtido para cada produto e somando, para cada ano, esse quadrado obtém-se o Índice de Herfindhal–Hirschman. Por fim, relacionando o peso de cada produto nas exportações totais de Moçambique para a Commonwealth / CPLP com o peso de cada produto nas exportações da Commonwealth / CPLP para o Mundo, obtém o IVCR de Moçambique para a Commonwealth / CPLP. Após obter-se o IVCR para cada grupo de países, calculou-se o coeficiente de correlação entre os mesmos. Foi calculado o coeficiente de correlação, no entanto, o Índice de Herfindhal–Hirschman mostrou-se mais interessante para a retirada de conclusões. Na elaboração dos cálculos surgiram alguns problemas, nomeadamente, a existência de dados em espelho e países que não reportam dados.

4.1.1 – Indicadores

Índice de Herfindhal – Hirschman

O Índice de Herfindhal-Hirschman (IHH) é uma medida que avalia a concentração de mercado permitindo auferir sobre a competição ou monopólio de um setor económico. Ao utilizar este índice percebe-se a distribuição do tamanho das empresas num mercado. O IHH é obtido através do somatório dos quadrados das participações de mercado de todas as empresas de um setor. O IHH pode ser usado, como neste estudo, para avaliar a concentração das exportações de um país relativamente à distribuição das mesmas entre diferentes tipos de produtos exportados. Neste caso, é calculado fazendo o somatório dos quadrados da participação de cada tipo de produto nas exportações totais (Herfindahl, 1950).

O IHH varia entre 0 e 1 sendo que: valores baixos próximos de 0 indicam uma baixa concentração das exportações, ou seja, existem muitos tipos de produtos a representar pequenas frações das exportações totais; valores moderados, entre 0,1 e 0,15, indicam

uma concentração moderada das exportações, ou seja, existem alguns tipos de produtos com maior participação, no entanto, não dominam completamente o total das exportações; valores altos, acima de 0,25, indicam uma elevada concentração das exportações, ou seja, existem tipos de produtos que dominam as exportações totais. As vantagens desde indicador são, essencialmente, poder identificar a vulnerabilidade de um país a flutuações económicas em produtos específicos e identificar se o país diversifica as suas exportações ou se depende de certos produtos, devendo os governos, nesse caso, formular estratégias para reduzir o risco associado à concentração excessiva. Além disso, é simples, abrangente e credível. As desvantagens do IHH prendem-se, basicamente, com a não captura de dinâmicas e mudanças rápidas nos mercados, não avaliar a qualidade ou o valor dos produtos exportados e não considerar fatores económicos mais amplos que influenciam a concentração das exportações, caso da política comercial ou competitividade global (Herfindahl, 1950).

IVCR

O IVCR é um indicador desenvolvido por Béla Balassa, como referido anteriormente, e é obtido da seguinte forma:

$$IVCR_{ij} = \frac{\frac{X_{ij}}{X_{it}}}{\frac{X_{\omega j}}{X_{\omega t}}}$$

Onde:

- X_{ij} corresponde ao valor das exportações do bem j por parte do país i.
- X_{it} corresponde ao valor total das exportações do país i.
- $X_{\omega j}$ corresponde ao valor das exportações mundiais do bem j.
- $X_{\omega t}$ corresponde ao valor total das exportações mundiais.

Os valores obtidos podem ser interpretados da seguinte forma:

- Se $IVCR > 1$ o país tem VCR no bem j.
- Se $IVCR = 1$ o país não tem nem vantagem, nem desvantagem comparativa revelada no bem j.
- Se $IVCR < 1$ o país não tem VCR no bem j.

Balassa demonstra que países com diferentes estruturas económicas revelam VC distintas em diferentes produtos. Além disso, mostra que após a liberalização do comércio, é o IVCR que determina a estrutura das exportações dos países, existindo uma especialização na produção desses bens.

As vantagens da utilização do IVCR são permitir a análise do desempenho comercial de um país utilizando dados concretos e reais, a identificação de VC em termos de exportações, permitir a comparação entre países e a elaboração de políticas comerciais e estratégicas adequadas às necessidades de cada país. Por outro lado, o IVCR apresenta algumas limitações, nomeadamente, a dependência dos dados de exportação que nem sempre refletem a verdadeira VC por não incluírem fatores que podem distorcer os padrões de exportação, não considerar custos de produção e consumo interno, não contemplar as diferenças de eficiência entre países, diferenças tecnológicas e fatores institucionais na totalidade (Balassa, 1965).

Coefficiente Correlação

O coeficiente de correlação de Pearson, utilizado na análise dos dados, consiste na relação linear entre duas variáveis. É obtido através da relação entre a covariância entre duas variáveis e o produto dos seus desvios padrão. A covariância é a média do produto dos desvios da média de duas variáveis e indica a relação entre duas variáveis aleatórias. O desvio padrão permite auferir sobre a variabilidade ou dispersão de uma distribuição de dados, sendo que quanto maior o desvio padrão, mais dispersos os dados estão relativamente à média e vice-versa (Pearson, 1896).

O coeficiente de correlação toma valores entre -1 e 1 , sendo que um valor positivo próximo de 1 indica uma forte relação linear positiva entre as variáveis e um valor negativo próximo de -1 , uma forte relação linear negativa. Valores próximos a 0 revelam uma correlação fraca ou não significativa entre as variáveis (Pearson, 1896).

A vantagem deste indicador é o facto de ser uma medida de variabilidade normalizada, ou seja, independente da escala usada para expressar as medidas e, portanto, útil para comparar a variabilidade de amostras com diferentes unidades de medida ou escalas diferentes. Por outro lado, tem como desvantagem o facto de não representar da melhor forma médias próximas de zero que geram sempre coeficientes de correlação altos e o facto de ser sensível a *outliers*.

4.2 – Resultados Empíricos

Exportações

As tabelas das exportações, por tipo de produto, de 2003 a 2023, permitem retirar algumas conclusões. As exportações de Moçambique para a Commonwealth revelam um crescimento significativo ao longo do tempo, particularmente nos últimos anos, com um aumento de 237.378 mil dólares em 2003 para 4.703.318 mil dólares em 2022, ano em que se deu o pico de exportações devido ao aumento do preço das *commodities*. Existiram algumas flutuações notáveis, como a diminuição em 2008, possivelmente devido à crise financeira global, e a queda de 2015, após o pico de 2014, seguida da recuperação em 2017. De 2011 para 2013 e de 2017 a 2022 deu-se um crescimento rápido nas exportações. O produto mais exportado ao longo dos 20 anos foi o 27 - *mineral fuels, mineral oils and products of their distillation; bituminous substances; mineral waxes*.

As exportações de Moçambique para a CPLP foram mais lineares ao longo dos anos. Nos primeiros anos, de 2003 a 2007, as exportações crescem, no entanto, de 2007 a 2009 regista-se uma diminuição das mesmas, possivelmente devido à crise financeira global de 2008. O pico das exportações aconteceu em 2011 com 119.356 milhares de dólares. Após 2011, as exportações tiveram várias oscilações, com quedas em 2012 e 2013, um pico em 2014 e um declínio geral a partir de 2017. O produto mais exportado em mais de metade dos anos é o 03 - *fish and crustaceans, molluscs and other aquatic invertebrates*.

Comparando com as exportações da Commonwealth, as exportações da CPLP são significativamente menores.

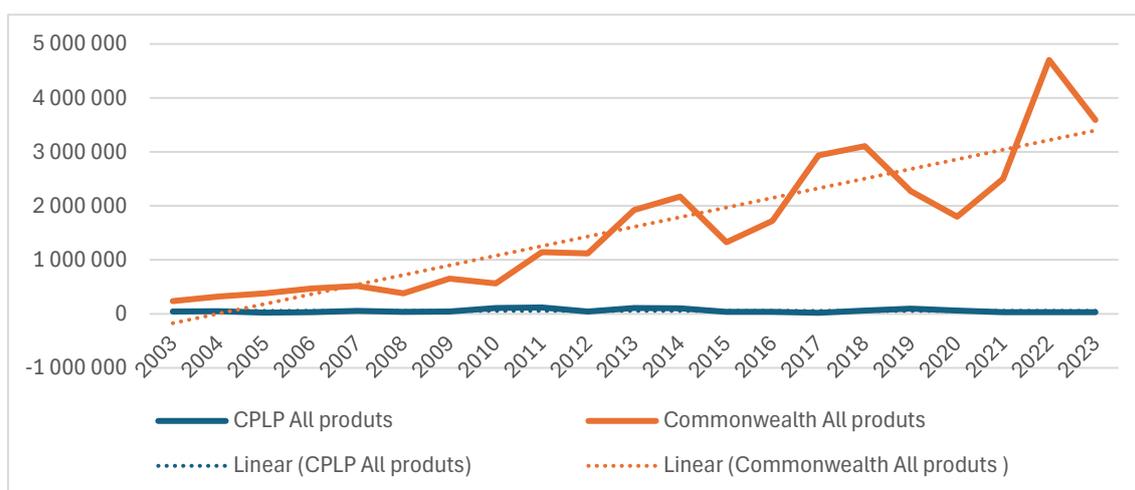


Figura 1 – Exportações totais de Moçambique para a Commonwealth e CPLP

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

Índice Herfindahl-Hirschman

O cálculo do IHH foi um auxílio para a perceção do nível de concentração das exportações relativamente às categorias de produtos. O IHH do peso das exportações de cada categoria de produtos exportado por Moçambique para a Commonwealth permite concluir que existiu uma tendência positiva entre os anos de 2003 e 2023. Assim, Moçambique tendeu a concentrar as suas exportações para a Commonwealth durante o período considerado, com picos em 2010 e 2017, revelando que existiam categorias de produtos com uma participação mais significativa e até dominante no total das exportações. No geral, a concentração foi elevada, destacando-se o produto 27 - *mineral fuels, mineral oils and products of their distillation; bituminous substances; mineral waxes*. O IHH do peso das exportações de cada grupo de produtos exportado por Moçambique para a CPLP revela alguma variabilidade, no entanto, tem uma tendência negativa no período analisado. Isto quer dizer que as exportações de Moçambique para a CPLP tenderam a diversificar ao longo dos 20 anos, ou seja, a dependência de certas categorias de produtos tendeu a diminuir, apesar da concentração ainda ser maioritariamente alta. O produto que mais contribuiu para essa concentração foi o 03 - *fish and crustaceans, molluscs and other aquatic invertebrates*.

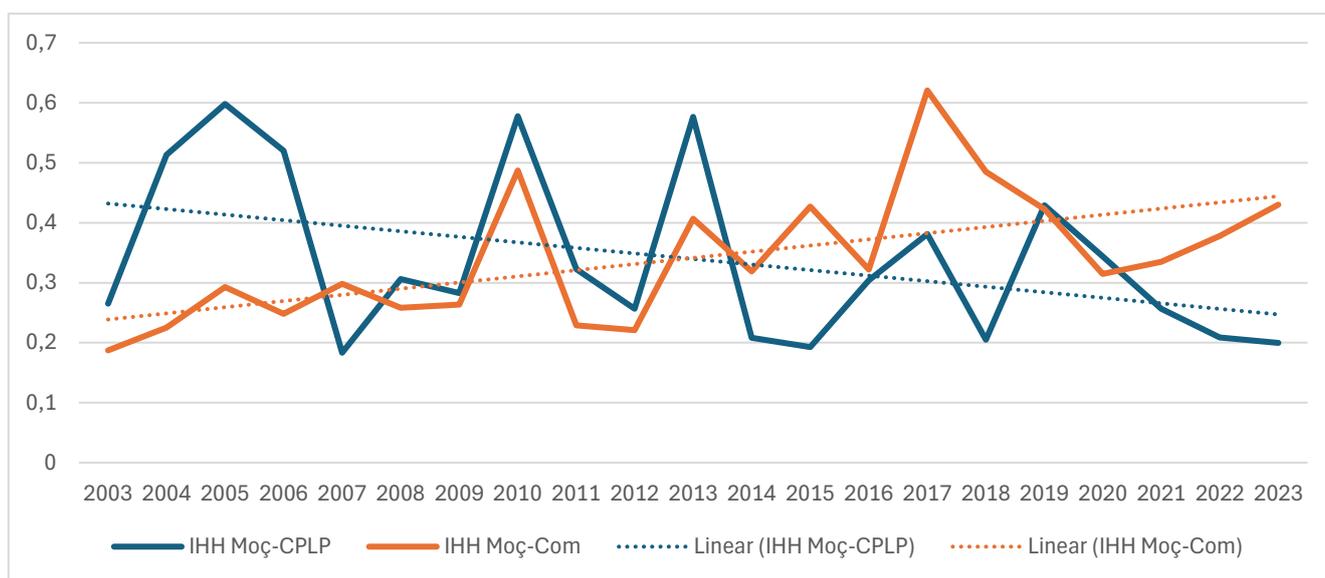


Figura 2- IHH dos pesos de cada produto exportado nas exportações totais Moçambique-CPLP / Moçambique-Commonwealth

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

O IHH, para os anos em análise, do peso das exportações de cada tipo de produto exportado no total das exportações da Commonwealth para o Mundo demonstra uma tendência negativa. Portanto, enquanto Moçambique concentra as suas exportações para a Commonwealth, a mesma diversifica para o Mundo. Os valores do IHH são próximos de 0, logo existem muitos tipos de produtos com expressão nas exportações totais da Commonwealth para o Mundo. O IHH do peso das exportações de cada produto no total das exportações da CPLP para o Mundo entre os anos de 2003 e 2023 permite concluir que a tendência é positiva. Neste sentido, a CPLP tendeu a concentrar as suas exportações para o Mundo, no entanto, a concentração é fraca, revelando que existem muitos produtos com frações reduzidas das exportações totais. A concentração passa a moderada nos anos de 2010 a 2014.

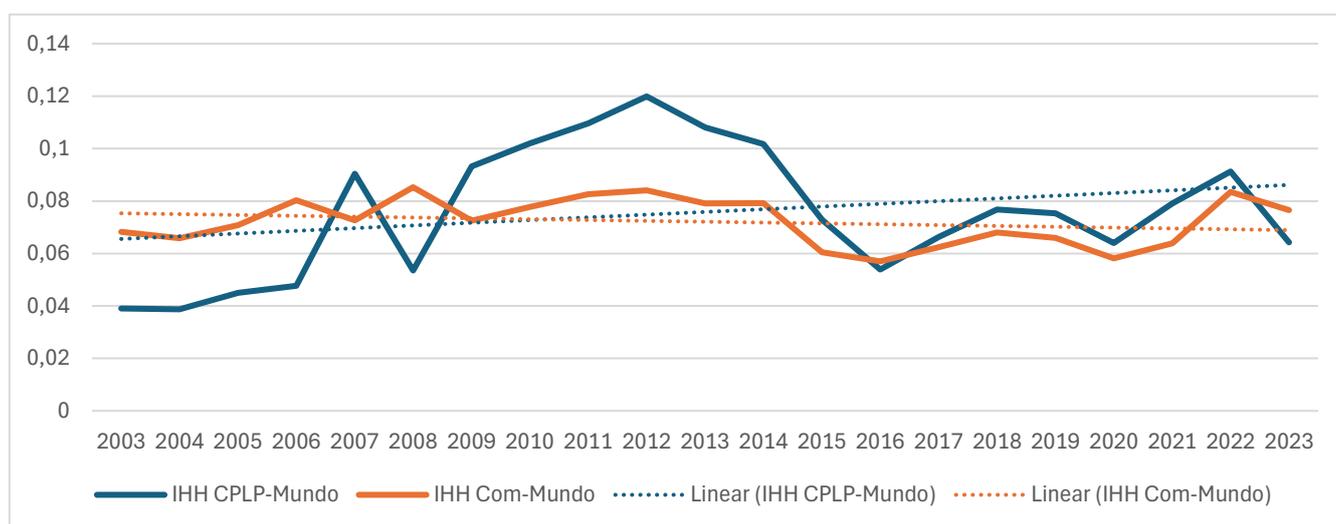


Figura 3 - IHH dos pesos de cada produto exportado nas exportações totais de produtos da CPLP-Mundo / Commonwealth-Mundo

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

IVCR

O IVCR calculado para o período em análise relacionando o peso de cada produto no total das exportações de Moçambique para a Commonwealth / CPLP com o peso de cada produto nas exportações da Commonwealth / CPLP para o Mundo permite retirar certas conclusões.

Moçambique tem cada vez menos produtos onde apresenta VCR na Commonwealth. Destaca-se 2008 como o ano onde Moçambique tinha mais produtos com VCR, 25, e os anos de 2017 e 2018 como os anos em que menor foi a VCR de Moçambique na Commonwealth com apenas 8 produtos. O IVCR de Moçambique na CPLP tendeu a

aumentar, no entanto, existem flutuações consideráveis ao longo dos anos. Os valores variam de um mínimo de 6 produtos em 2010 e 2013 a um máximo de 15 produtos em 2008 e 2023. A partir de 2020 existiu uma tendência de crescimento, sugerindo uma diversidade dos produtos com VCR.

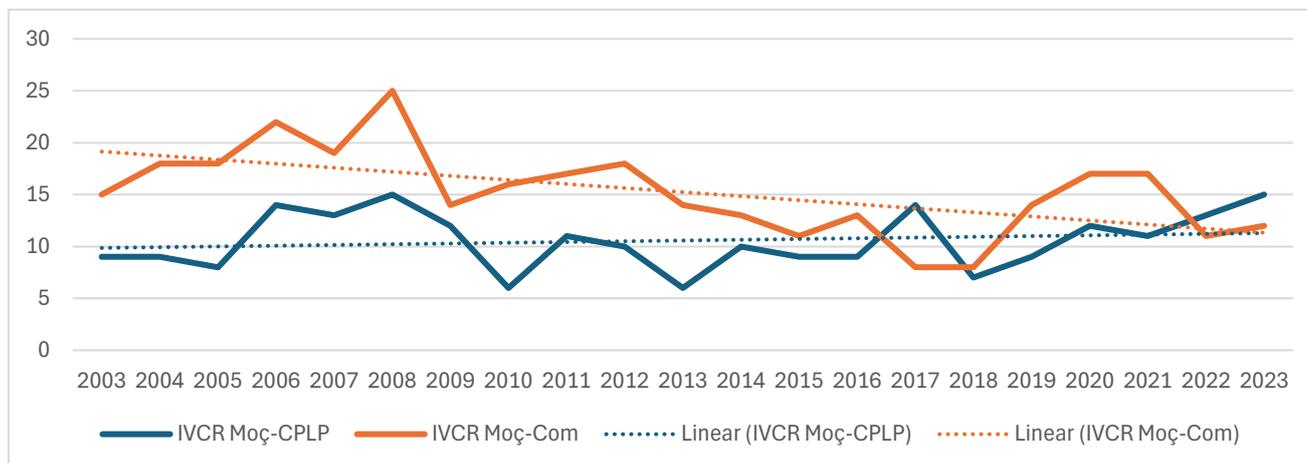


Figura 4 - Número de produtos onde Moçambique tem VCR na CPLP / Commonwealth

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

Analisando detalhadamente os produtos onde Moçambique teve VCR, na Commonwealth, em 2003 e 2023 (Figuras 5 e 6, em anexo) percebe-se que existiu uma mudança na composição dos produtos principais, os produtos agrícolas e pesqueiros perdem importância para os produtos industriais e hortícolas. O tabaco e o algodão permanecem importantes, mas outros produtos como penas e penugem e o alumínio ganham destaque em 2023. Apenas 6 produtos mantiveram a VCR em 2023, sendo que conforme a tendência existiu uma diminuição da VC em todos. O IVCR por produto exportado por Moçambique para a CPLP em 2003 e em 2023 (Figuras 7 e 8, em anexo), revela um aumento da importância de produtos como as outras fibras têxteis vegetais e os peixes e crustáceos. Os livros e outros produtos das indústrias gráficas e o algodão mantêm a sua importância. A inserção

das locomotivas e material circulante em 2023 pode indicar um crescimento no setor industrial. A VCR de Moçambique na CPLP aumentou não só em produtos como ao nível dos valores. O ano de 2023 chega a ter valores de IVCR na ordem dos 100. No que diz respeito à estrutura das exportações, apenas 4 produtos mantiveram, nos anos analisados a VC. Destes, apenas o algodão perdeu VC.

Coeficiente de Correlação

O último passo da análise da evolução do padrão de vantagens comparativas de Moçambique para a Commonwealth / CPLP deu-se utilizando o coeficiente de correlação entre os pesos de cada produto exportado por Moçambique para a Commonwealth / CPLP nas exportações totais de produtos de Moçambique para a Commonwealth / CPLP e os pesos de cada produto exportado pela Commonwealth / CPLP nas exportações totais de produtos da Commonwealth / CPLP para o Mundo.

Entre os anos de 2003 e 2023 não existiu aproximação do padrão de exportações de Moçambique para a Commonwealth ao padrão de exportações da Commonwealth para o Mundo. Os valores do coeficiente foram sempre positivos, moderados ou elevados, o que indica que existe uma relação linear positiva entre as variáveis. Moçambique tendeu a beneficiar-se das tendências gerais no comércio global da Commonwealth, ou seja, quando a Commonwealth exportou mais para o Mundo, Moçambique tendeu a exportar mais para a Commonwealth. Existiu uma tendência de alinhamento das exportações de Moçambique para a CPLP com as exportações da CPLP para o Mundo, durante os 20 anos. Na maioria dos anos não existe correlação entre as variáveis (valores entre -0,3 e 0,3), elas variam de forma independente. No entanto, entre 2018 e 2020, passa a existir correlação positiva, moderada em 2018 e 2020 e forte em 2019.

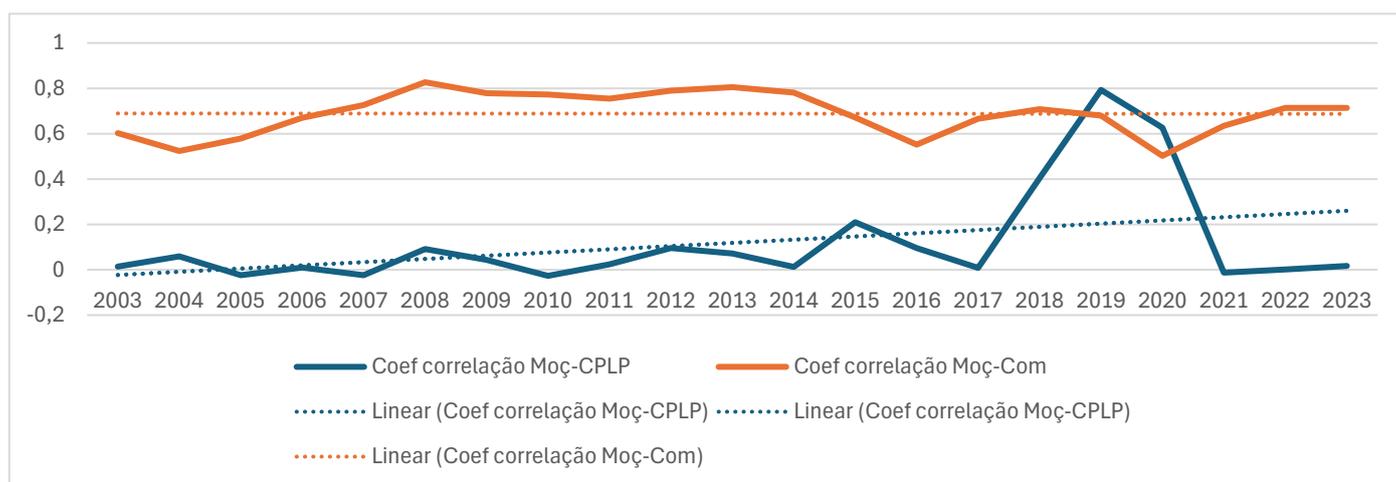


Figura 9 – Correlação entre os pesos de cada produto exportado nas exportações totais Moçambique-CPLP / Moçambique – Commonwealth e os pesos de cada produto exportado nas exportações totais CPLP-Mundo / Commonwealth - Mundo

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

Por fim, avaliou-se a correlação entre o IVCR de Moçambique na Commonwealth e o IVCR de Moçambique na CPLP, durante os anos em análise. Em geral, ao longo dos anos não existiu correlação entre as variáveis. A exceção foi o ano de 2008, com um aumento acentuado do coeficiente de correlação, registando-se uma correlação positiva moderada. Assim, nesse ano, os produtos onde Moçambique tinha VC na Commonwealth tenderam a ser os mesmos onde Moçambique tinha VC na CPLP.

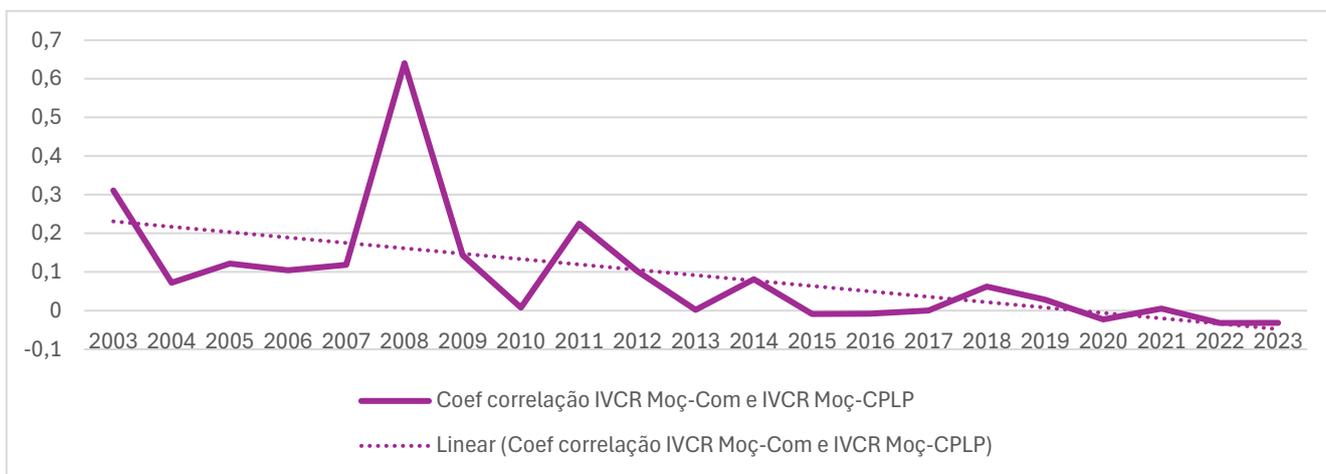


Figura 10 – Correlação entre o IVCR Moçambique-Commonwealth e o IVCR Moçambique-CPLP

Fonte: Gráfico elaborado pela autora

Conclusão

Recorda-se que o objetivo deste trabalho final de mestrado passava por compreender a relevância da Commonwealth e da CPLP para Moçambique, nomeadamente, avaliar se a estratégia de Moçambique de pertencer a ambas lhe trouxe resultados em matéria de VCR e estrutura das exportações. A adesão de Moçambique à Commonwealth em 1995 gerou controvérsias, sobretudo porque o país não possuía laços coloniais históricos com o Reino Unido, ao contrário de todos os membros da organização. Alguns críticos consideraram a decisão como um rompimento com as tradições de solidariedade pan-africana e de alianças com o bloco lusófono, especialmente a CPLP. Contudo, os defensores sustentaram que a adesão à Commonwealth traria benefícios económicos e diplomáticos, além de oferecer novas oportunidades de cooperação internacional para um país em processo de reconstrução pós-guerra civil. A controvérsia revelou o equilíbrio delicado entre o pragmatismo diplomático e as alianças culturais e históricas de Moçambique. Polémicas à parte, Moçambique, como nação soberana, tem pleno direito de estabelecer políticas externas que melhor atendam às necessidades e aspirações do seu povo, buscando parcerias estratégicas que promovam o seu desenvolvimento, sem se limitar a expectativas externas ou alianças históricas.

Em síntese, conclui-se que 1) Moçambique tendeu a concentrar as suas exportações para a Commonwealth em poucos produtos, a Commonwealth tende a fazer o inverso para o Mundo. O coeficiente de correlação sugere que os padrões de exportação de Moçambique para a Commonwealth tendem a divergir dos padrões de exportação da Commonwealth para o Mundo, 2) Moçambique tende a diversificar as suas exportações para a CPLP e esta a concentrar as suas exportações para o Mundo em poucos produtos, no entanto, parece existir uma certa convergência dos padrões de exportação de Moçambique para a CPLP com os padrões de exportação da CPLP para o Mundo e 3) Moçambique perdeu VC na Commonwealth e diminui a desvantagem comparativa na CPLP. A ligação dos IVCR de Moçambique na Commonwealth e na CPLP é inexistente, esta divergência nas estruturas de VCR permite concluir que a inserção nas 2 organizações foi benéfica para a diversificação do tecido exportador moçambicano.

A presença de Moçambique tanto na Commonwealth quanto na CPLP tem desempenhado um papel crucial na diversificação do seu tecido exportador, como demonstrado pela evolução da VCR. Em 2003, Moçambique apresentava elevada VCR em produtos como o tabaco e produtos pesqueiros na Commonwealth, e em produtos pesqueiros e algodão na CPLP. No entanto, em 2023, a VCR na Commonwealth deslocou-se para produtos como o alumínio e as penas e as penugens. Já na CPLP, observou-se uma intensificação da VCR nas fibras têxteis vegetais e nos produtos pesqueiros, além da inclusão de novos setores, como as locomotivas e equipamentos de sinalização. Esta evolução reflete a capacidade de Moçambique de adaptar a sua especialização exportadora para atender às demandas diversificadas dos mercados internacionais e regionais. A presença, em ambas as organizações, permitiu ao país não só diversificar as suas exportações, mas também alinhar a sua oferta a novas oportunidades e tendências económicas, fortalecendo a sua posição competitiva e promovendo um crescimento mais equilibrado e sustentável.

Para uma análise mais completa dos efeitos da integração de Moçambique na Commonwealth e na CPLP seria interessante abordar questões fora do perímetro definido para este trabalho (as exportações e a VCR), como o IDE, as migrações, as tecnologias, oportunidades de investimento e integração regional e as políticas comerciais, cuja incorporação na análise não foi possível por razões de tempo e de espaço. Deixa-se como sugestão para trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas

- Balassa, B., 1965. Trade Liberalisation and “Revealed” Comparative Advantage. *The Manchester School*, 33(2), pp. 99-123.
- Baldwin, R., 2016. *THE GREAT CONVERGENCE: Information Technology and the New Globalization*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Banerji, A., 2010. Rwanda and the Commonwealth. *The Round Table - The Commonwealth Journal of International Affairs*, 99(410), pp. 485-490.
- Commonwealth Foundation, 2024. *About us*. [Online]
Available at: <https://commonwealthfoundation.com/about-us/>
[Acedido em 15 03 2024].
- Commonwealth of Learning, 2024. *About the Commonwealth of Learning*. [Online]
Available at: <https://www.col.org/about/>
[Acedido em 14 03 2024].
- CPLP, 2024. [Online]
Available at: <https://www.cplp.org/id-2595.aspx>
[Acedido em 30 05 2024].
- CPLP, 2024. *OBJECTIVOS*. [Online]
Available at: <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>
[Acedido em 25 05 2024].
- Hall, M. & Young, T., 1997. *Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence*. 1^a ed. Londres: Hurst & Company.
- Heckscher, E., 1919. The Effect of Foreign Trade on the Distribution of Income. *Ekonomisk Tidskrift*, Volume 21, pp. 497-512.
- Herfindahl, O., 1950. Concentration In The Steel Industry. p. 172.
- IMF, 2014. *Mozambique rising : building a new tomorrow.*, Washington, D.C.: International Monetary Fund.
- KRUGMAN, P., 1980. Scale Economies, Product Differentiation, and the Pattern of Trade. *THE AMERICAN ECONOMIC REVIEW*, 70(5), pp. 950-959.
- Laursen, K., 2015. Revealed comparative advantage and the alternatives as measures of international specialization. *Eurasian Business Review*, 5(1), pp. 99-115.
- Ohlin, B., 1933. *Interregional and International Trade*. 1^a ed. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Pearson, K., 1896. Mathematical Contributions to the Theory of Evolution. III. Regression, Heredity, and Panmixia. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, Volume 187, pp. 253-318.

PORTAL DO SECRETARIADO EXECUTIVO, 2024. *SECRETÁRIO EXECUTIVO*. [Online] Available at: <https://secretariadoexecutivo.cplp.org/secretario-executivo/> [Acedido em 26 05 2024].

Power, M., 2009. The Commonwealth, 'development' and post-colonial responsibility. *Geoforum*, 40(1), pp. 14-24.

Ricardo, D., 1821. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. 3^a ed. Canada : Batoche Books.

Samuelson, P. A., 1948. International Trade and the Equalisation of Factor Prices. *The Economic Journal*, 58(230), pp. 163-184.

Shaw, T. M., 2010. Comparative Commonwealths: an overlooked feature of global governance?. *Third World Quarterly*, 31(2), pp. 333-346.

Stolper, W. & Samuelson, P., 1941. Protection and Real Wages. *The Review of Economic Studies*, 9(1), pp. 58-73.

The Commonwealth, 2024. [Online] Available at: <https://thecommonwealth.org/> [Acedido em 07 03 2024].

World Bank, 2016. *Mozambique Economic Update.*, Washington, D.C.: World Bank.

World Bank, 2017. *Mozambique Economic Update.*, Washington, D.C.: World Bank.

World Bank, 2018. *Mozambique Economic Update*, Washington, D.C.: World Bank.

World Bank, 2019. *Mozambique Economic Update*, Washington, D.C.: World Bank.

World Bank, 2021. *Mozambique Economic Update.*, Washington, D.C.: World Bank..

World Bank, 2022. *Mozambique Economic Update*, Washington, D.C.: World Bank.

World Bank, 2023. *Mozambique Economic Update*, Washington, D.C.: World Bank.

World Bank, 2024. [Online] Available at: <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique> [Acedido em 01 09 2024].

Anexos

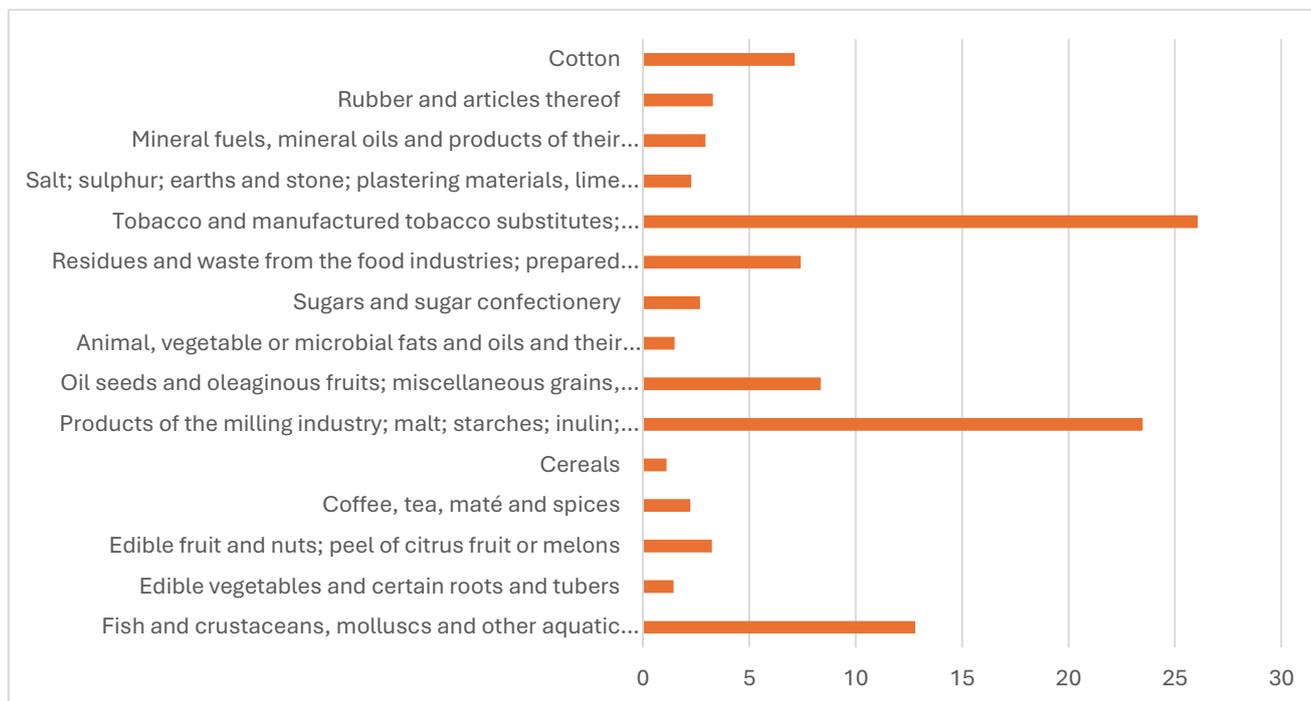


Figura 5 – Produtos com VCR na Commonwealth em 2003

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

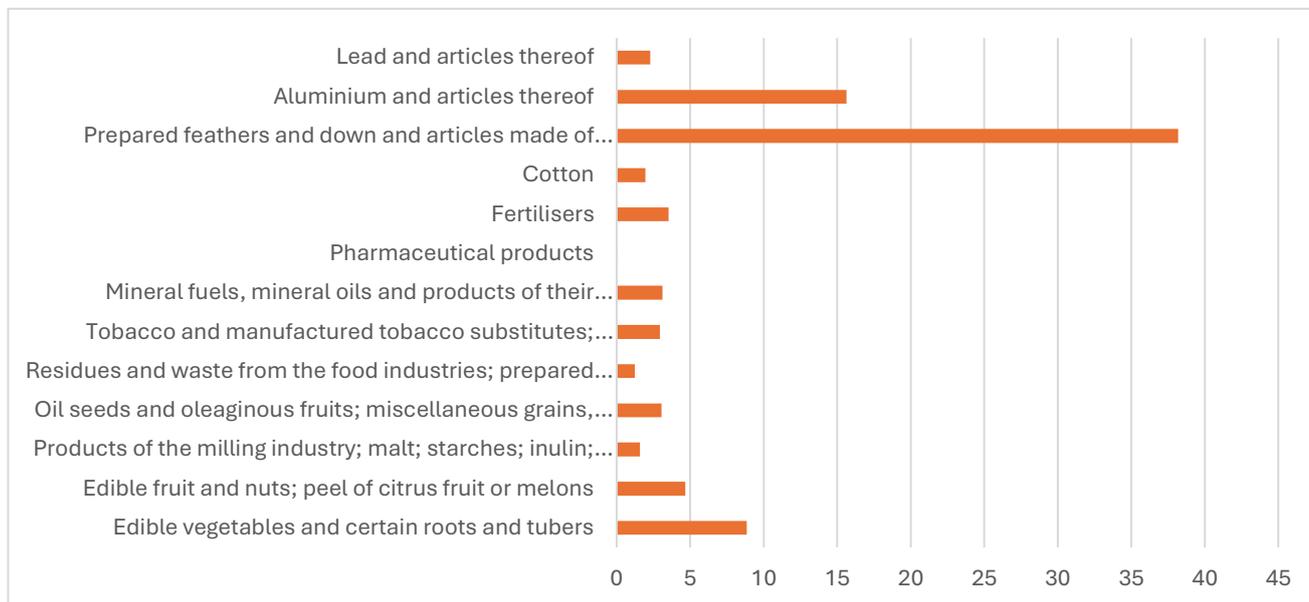


Figura 6 – Produtos com VCR na Commonwealth em 2023

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

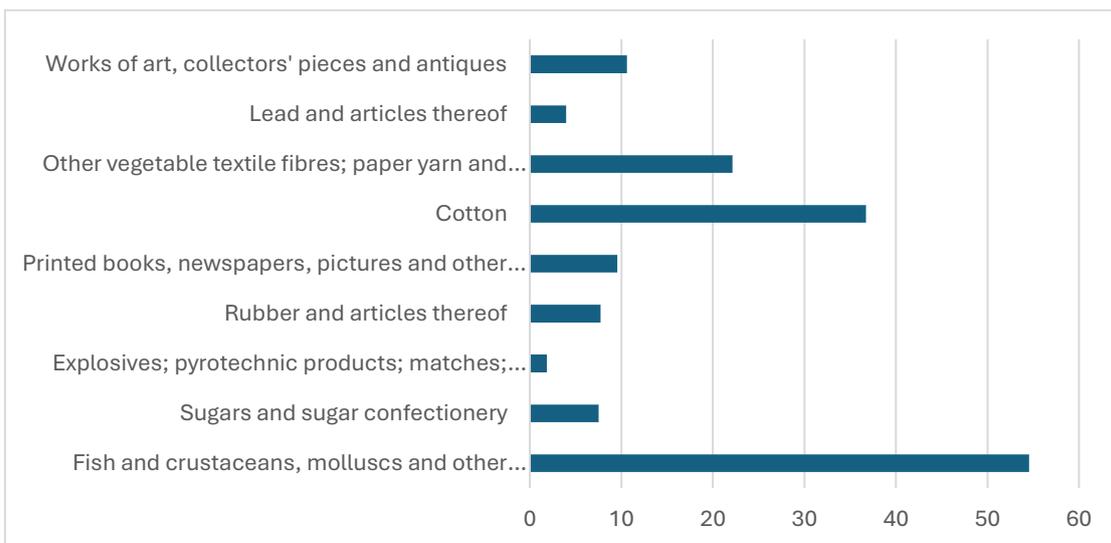


Figura 7 – Produtos com VCR na CPLP em 2003

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

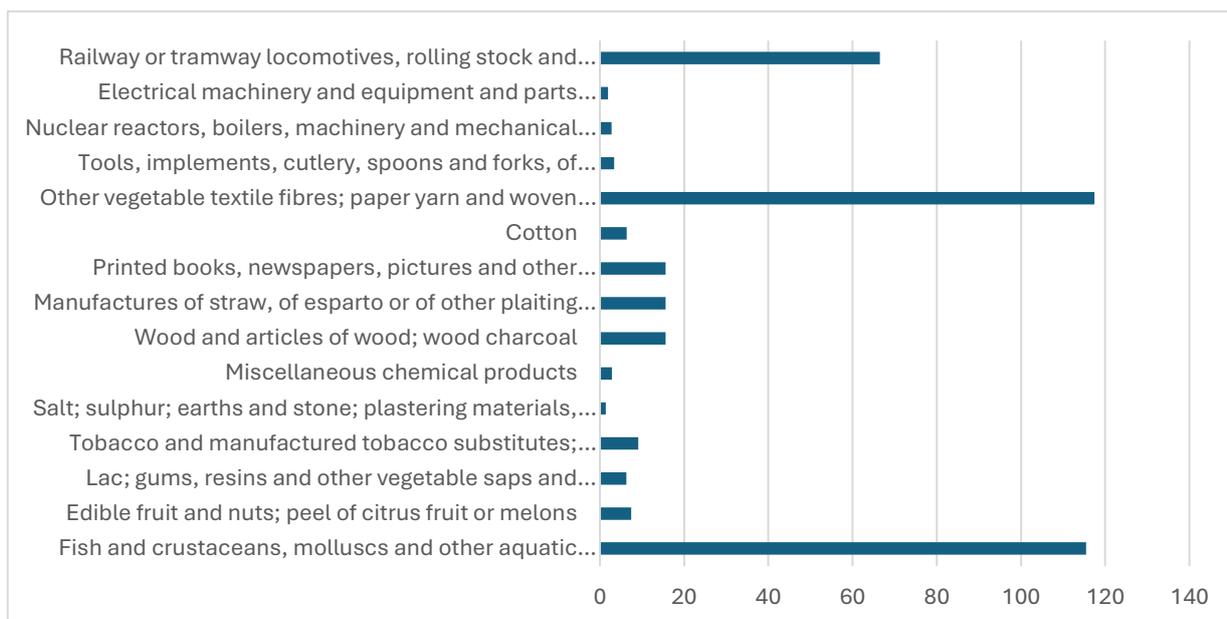


Figura 8 - Produtos com VCR na CPLP em 2023

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

